



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES**

5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA - TEMÁTICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2011

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – As inscrições para os pronunciamentos estão abertas. Cada cidadão que deseje formular questões às autoridades presentes terão o tempo não superior a três minutos.

Convido os Srs. Rubens Chammas e José Ribarmar para compor a Mesa.

Tem a palavra o Sr. Rubens Chammas, Secretário Municipal de Planejamento.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Bom dia a todos. Cumprimento os representantes da Câmara em nome do Vereador Milton Leite, relator do Projeto de Lei do Orçamento de 2012. É um prazer estar em mais uma audiência pública e, agora, focando no item da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Elaborei uma apresentação muito rápida e mostrarei alguns slides. Apresentaremos alguns números da Secretaria e de três órgãos vinculados à Secretaria: a Prodam, que é uma companhia de processamento de dados; o Iprem, Instituto de Previdência Municipal; e a Fundatec, Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia – sem prejuízo, é claro, dos representantes dessas entidades também complementarem as informações.

- O Sr. Rubens Chammas passa a referir-se às imagens em tela de projeção.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – As missões da Secretaria: coordenar o sistema central de planejamento e orçamento; elaborar as propostas do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, e não menos importante, acompanhar suas execuções tanto do PPA e da própria LOA; fazer a revisão periódica e avaliar as metas constantes do Programa de Metas denominado Agenda 2012; fazer as ações relativas à gestão de pessoal, de conhecimento, bens e serviços, suprimentos e do patrimônio imobiliário do Município; as ações ligadas à modernização e desburocratização – qualidade, eficiência, transparência administrativa, bem como simplificação dos processos e exigências burocráticas;

otimização nos seus procedimentos; e aperfeiçoamento nos serviços públicos prestados à sociedade, atendimento ao público, entre outros.

A Secretaria de Planejamento, todos sabem, é uma secretaria meio. A sua proposta para o ano de 2012 tem o montante de 188.726.403 reais, divididos nesses quatro grandes grupos. Essa é uma divisão que fazemos para efeito de acompanhamento e análise. O item atividades é o mais pesado da Secretaria e tem o total de 126.234.175 reais. O item Projetos tem o montante de 7.554.614 reais. O item Pessoal tem 50.805.614. Auxílios, 4.092.000, perfazendo o número indicado um pouco menos de 189 milhões.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Secretário, na minha planilha consta, no item Atividade, 130 e V.Exa. falou 126. 130.366.175. Ou o meu ou o de V.Exa. está errado.

O que está certo aqui? V.Exa. pode prosseguir e, em seguida, faremos o reparo desse desencontro de dados.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – O item Atividades compreendem as várias ações previstas na formação e aperfeiçoamento dos profissionais da Prefeitura e também a capacitação dos servidores em ensino à distância.

Gostaria até de parabenizar a nossa equipe que está coordenando esse trabalho. No ano de 2011 foi um ano muito importante em capacitação de servidores. O Vereador Milton Leite acompanha e sabe da necessidade de termos uma máquina administrativa capacitada e formada. Então, focamos e priorizamos fortemente essa ação de capacitar os servidores, inclusive de uma forma quase que inédita de ensino à distância. Estamos com essa meta em andamento e com resultados muito produtivos. Depois poderei trazer informações mais detalhadas.

Outras ações do dia a dia: promoção à saúde do servidor; impressão do Diário Oficial; concessão das bolsas para os estagiários e esse número de 24 milhões e 700 que é um dos grandes números de Atividades. Temos algo em torno de 12 mil estagiários de nível superior e 5.300 de nível médio.

Outro item no gasto de Atividades é Estudo e Projetos de Planejamento, Orçamento e Avaliação.

O item Aquisição de Imóveis para Administração. Levando-se em conta a determinação do Sr. Prefeito de várias unidades da Administração estarem em imóveis próprios, estamos a passos largos caminhando com a desapropriação de um imóvel para a Secretaria de Planejamento bem como as suas entidades ligadas. É um imóvel da Votorantim, ao lado do Theatro Municipal. Aqui está indicado um valor.

É claro que não é esse o valor total da desapropriação, mas a negociação deverá caminhar para o início da negociação no ano que vem.

Das outras atividades, eu daria destaque à administração da Secretaria, que é o valor mais importante desse grupo, 74 milhões, com todos os seus contratos existentes: contratos de manutenção do dia a dia, da administração da Secretaria, locação de veículos, locação de helicópteros, locação de imóveis para a própria Secretaria fazer as suas atividades.

O último é a implantação e operação dos sistemas de informação que são basicamente os contratos que a secretaria tem com a Prodam. Estamos falando em seis contratos existentes. O nosso gasto com a Prodam é algo em torno de cinco milhões/mês, perfazendo por volta de 69 milhões/ano.

O segundo item dos projetos é uma secretaria meio, o montante de projetos indicados para o ano de 2012 é algo em torno de 7,5 milhões distribuídos nesses itens: aperfeiçoamento da base de dados socioeconômicos; atualização do sistema central de planejamento e gestão de convênios. Esse é um dado importante. Nós estamos refinando e melhorando o nosso cadastro do terceiro setor, o cadastro único de contato com os fornecedores também é uma meta da agenda, o processo eletrônico, a melhoria na qualidade do atendimento ao cidadão.

Também quero dar um destaque a esse item. Nós ainda não oficialmente, mas inauguramos uma nova central de atendimento ao munícipe. Antes ela estava instalada no

andar térreo da Líbero Badaró e hoje ela está numa parte da Galeria Prestes Maia. Então, esse é um item importante da proposta de projetos.

O item “pessoal e auxílios” é bem claro para todos. A Secretaria hoje conta com algo em torno de 985 funcionários. Depois, se houver necessidade posso abrir por categoria. Totalizando 51 milhões com gasto de pessoal e um pouco mais do que quatro milhões de reais entre os auxílios alimentação e transportes e transporte para 2012.

Outro órgão que a Secretaria de Planejamento é responsável são os Encargos Gerais do Município. Nesse Encargos Gerais só item inicial; “reembolso a entidades cedentes” são funcionários da Prefeitura que estão cedidos para outras unidades, inclusive esta Casa. Temos no âmbito federal três funcionários, no Estado 28 funcionários e em outros municípios, dois funcionários; perfazendo 10 milhões 450 mil.

Servidores comissionados em outras entidades, alguns com prejuízo e outros sem prejuízo de vencimentos, total de 585 servidores, perfazendo algo em torno de 30 milhões para a proposta orçamentária. Benefícios a servidores ativos, pouco mais de um 2 milhões 300 mil. Obrigações e contribuições patronais, essa é a nossa parcela dos 11% no RGPS quanto no RPPS, 1 bilhão e 350 milhões. Aposentados e comissionados e auxílio funeral. Então, esse grande índice de encargos é algo em torno de 1 bilhão e 400 milhões.

Em relação ao Iprem, como eu disse, sem prejuízo dos representantes das entidades fazerem os esclarecimentos; fizemos aqui um resumo bem didático. O orçamento do Iprem é algo em torno de 3 bilhões e 700 milhões e é claro que o destaque é o pagamento das aposentadorias. Os outros itens são de monta reduzida, que é a administração da autarquia, melhorias nas dependências, etc.

Em relação à Prodam, o presidente José Ribamar está aqui e depois fará suas colocações, desde 2011, de forma acertada, era uma preocupação do Sr. Prefeito, todas as Secretarias tinham nas suas dotações orçamentárias, uma dotação para fazer frente aos gastos com tecnologia e informação. Mas, essa dotação se misturava com outras ações. Então,

desde o ano passado destacamos uma dotação específica para isso, ou seja, a Administração consegue visualizar de forma clara, rápida e eficiente quanto cada Secretaria tem na sua dotação e quanto e quanto a Prodam tem no seu contrato. Esse número tem de estar completamente casado. É claro que as demandas de tecnologia são quase inesgotáveis, mas a Proposta Orçamentária está bem consistente: 223 milhões com lastro no Tesouro Municipal e os outros lastros indicados aí, perfazendo algo um orçamento em torno de 248 milhões distribuídos nessa planilha. O custeio, basicamente sua totalidade. E, fizemos isso com todas as empresas, estamos indicando um aumento de capital para investimentos, não vou dizer apalavra simbólico, mas um valor mínimo e ao longo do exercício, até em função dos novos planos de investimentos, das novas necessidades, fazemos adequações orçamentárias para poder sinalizar os investimentos propriamente ditos. Muitos investimentos da Prodam são também feitos através de seus contratos. Então, esse investimento puro será analisado e definido ao longo do ano. Aqui tem uma lista rápida. Não sou a pessoa mais indicada para dar detalhes sobre isso, mas os técnicos da Prodam têm total conhecimento e poderão abrir todos os contratos da Prodam com as Secretarias e autarquias.

E, por fim, a última entidade, a fundação ligada à nossa Secretaria, a Fundatec, com orçamento para o ano de 2012 com algo em torno de 9 milhões e 500 mil, basicamente a administração da fundação é muito singela, algo em torno de 1 milhão. Ela tem 38 funcionários. E, a operação e manutenção do ensino todos conhecem: essa fundação é responsável pelo gerenciamento de uma escola técnica, Escola Professor Makiguti, na Cidade Tiradentes. Essa escola tem cursos na área de saúde, são cursos muito interessantes.

Acho que apenas alguns números antes de terminar. Há sempre uma pergunta que vem aqui. Não é uma pergunta da Secretaria, mas é um dado que gosto de ter. Lembro que quando assumi a Secretaria a minha pergunta foi: está claro para a população quantos funcionários tem na Prefeitura? Essa é uma informação que tem de estar clara, disponível e atualizada. A Prefeitura conta hoje com funcionários na ativa, 154.605 funcionários; os inativos

são 55.835; e, pensionistas, 22.935, perfazendo 233.375. Desses ativos, 154 mil, excluindo Iprem, Funerária, autarquias, a Câmara e o Tribunal; da Prefeitura são 144.668, distribuídos da seguinte maneira nos seguintes regimes jurídicos: 3.680 admitidos; 3.603 contratados, 133.334 estatutários – dois com mandatos efetivos e 79 requisitados – e os estatutários, dos 133 mil, são 127.059, e em comissão 6.275. Então, várias ações da Secretaria como gestão de pessoal, gestão de bens e suprimentos, abrange uma máquina com números respeitáveis. A parte de capacitação é fundamental para que a gente tenha uma máquina atualizada, motivada para poder fazer frente às demandas e para que possamos implantar de forma moderna, efetiva e atualizada as políticas públicas da Administração.

Então, de forma muito sintética fiz essas colocações e agradeço mais uma vez à Comissão de Finanças pela oportunidade de falar um pouco pela Secretaria.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM)** – Quero convidar o Dr. José Roberto para que tome assento à Mesa. Apesar do Dr. Rubens Chammas ter mencionado, o Iprem é uma autarquia que deverá se manifestar independentemente da Secretaria por ser uma autarquia completamente independente.

Sr. Secretário, o Sr. Relator fará algumas perguntas e em seguida darei a palavra aos inscritos para que possam se manifestar.

O senhor colocou, na 21.71, implantação de operação de sistema de informação. O senhor tinha 26 milhões orçados em 2011 e está pedindo 70 milhões em 2012. Na 21.80, formação e aperfeiçoamento de profissionais, o senhor tem menos 20%. O senhor tinha um e meio e foi para um e duzentos. Isso chama atenção. Em “estudos e projetos de planejamento”, o orçamento e a avaliação, o senhor reduziu a verba em 20%. “Capacitação de Servidores”, da 27.51, o valor já era pequeno. O senhor tinha um e meio, aproximadamente, e foi para um e cento e vinte, menos 25%. Na “educação à distância de servidores”, que é algo que está indo numa direção contrária, o senhor reduziu em 36%. Não deveria ser o contrário nessa rubrica? Na 27.53, “promoção à saúde do servidor municipal”, o senhor tinha um e meio e foi para um e

duzentos, menos 20%. Também na 68.20, nos comissionados temos 30 milhões de reais, os dois em números redondos. Gostaria que o senhor falasse um pouco a respeito disso. Da Prodam tenho algumas dúvidas, mas são técnicas, e farei por escrito quando falarmos de Prodam.

Outra coisa, Sr. Secretário, da Fundatec o senhor disse temos cerca de 9 milhões e 800 mil reais. Gostaria de saber o número de alunos para justificar esse custo de 9.8 milhões. É uma fundação que mantém 38 funcionários. Quanto estamos gastando?

Quero fazer a audiência pública da Secretaria de Finanças.

Eu acho que o senhor vai acabar acumulando esses cargos. O Kassab me ligou hoje de manhã e falou isso.

Em seguida, farei audiência do planejamento da Prodam e do Iprem, que serão breves, que serão breves.

Então vou concluir com o senhor, para te liberar. Em seguida faremos duas independentes, por se tratarem de empresas independentes.

V.Sa. responderá as questões das pessoas presentes, e, em seguida, farei a demonstração da Prodam e do Iprem, cujas audiências podem ser feitas em conjunto.

O senhor está saindo de um orçamento para outro que teve um acréscimo significativo. Ou estou errado?

**R** – Houve um decréscimo.

**P** – Decréscimo, aliás – de 208 para 188. Não haverá prejuízo na gestão, ou esses cortes que eu mencionei é que estão justificando essa diminuição, ou o senhor está dando um exemplo para os demais secretários, dizendo que está cortando na própria carne para outros cortarem e não reclamarem?

**R** – Eu vou começar com a primeira questão: dotação 2171.

Ela realmente iniciou o ano de 2011 com um valor mais reduzido. Vou dar exemplo com *links* com a Secretaria da Educação, que era um custeio que estava no orçamento da

Secretaria e passaram para a Prodam. Então foi uma decisão administrativa de todos os custos com *links* estarem centralizados no contrato da Secretaria. Então o orçamento deste ano, com os contratos da Prodam, é algo em torno de 55 milhões. Então estamos passando de 55 para 69.

Acho que é um orçamento consistente. Temos uma série de demandas em relação a melhorias no sistema de planejamento, o módulo do planejamento do SOF (?), o módulo de cadastro de fornecedores, o módulo de contratos. Então essa é a justificativa para esse aumento, que é de 15 a 20%. Lembrando que as áreas de planejamento e de finanças são as grandes demandantes – essas duas áreas demandam em torno de oito milhões de reais ao mês em contratos com a Prodam.

Então acho que esse item está muito bem ajustado e muito bem calibrado para que a gente entre em 2012 com contratos mínimos – não vou dizer os melhores; poderíamos ter mais fôlego, mas a adequação orçamentária nos levou a isso – para que a gente possa ter bons sistemas e bons acompanhamentos e integrar os grandes sistemas – PPA, Lei Orçamentária e Programa de Metas.

Em relação às outras reduções indicadas, o Vereador, com muita propriedade, indicou reduções entre o orçamento aprovado e a proposta encaminhada. Mas a gente tem que analisar entre o orçamento executado. Eu vou dar um exemplo do ensino a distância.

O ensino a distância ainda estamos fazendo com recursos próprios. Quer dizer, tínhamos um orçamento de 800 mil reais, e este ano empenhamos zero, porque estamos fazendo o pagamento dos profissionais ainda colhendo voluntários na área de tecnologia e outras áreas para dar os cursos de ensino a distância. É claro que isso vai se profissionalizar: vamos ter que contratar profissionais no mercado. Por isso que eu não faria essa análise: eram 800 mil e caiu para 640. Quer dizer, nós empenhamos zero até agora, mas a atividade não está parada.

**P** – Secretário, é que o da Secretaria do Planejamento foi o senhor que fez. Não é

que está parado, é que os números vêm, e são frios, e foi o senhor que propôs. É que se o senhor propõe, planeja e depois inverte...

**R** – O Vereador falou com muita propriedade. Agora, pensando um pouco na proposta orçamentária da Prefeitura como um todo: nós tivemos chance de apresentar aqui na Câmara a proposta da Prefeitura em que alguns números tiveram aumentos significativos – entre eles, o número de gasto com o pessoal. Como a receita é definida pela Secretaria de Finanças e ela é finita – número com gastos de pessoal; número com gastos com inativos; número com gastos de dívida, de precatórios, PASEP –, nós tivemos que fazer alguns ajustes, que, penso, não comprometerão a execução orçamentária.

Darei mais um exemplo: promoção da saúde do servidor tem um orçamento, para este ano, de 1 milhão e meio. Realmente um orçamento modesto, mas até agora estamos com execução de pouco menos de 900 mil, e estamos propondo para o ano que vem um milhão e 200. É um decréscimo de 20%? Sim, mas é um decréscimo geral da Prefeitura para fazer adequações na proposta orçamentária como um todo. A orientação foi a de que nenhuma atividade sofrerá sequelas por esse decréscimo, mas ela tem que sofrer ajustes interno – maior produtividade –, para que a gente possa ter, no mínimo, as ações previstas.

Então todas as indicações que o Vereador citou, com muita propriedade, sofreram algumas reduções – mas em relação ao orçamento aprovado, não em relação ao orçamento executado até o momento.

Um último dado referente ao Diário Oficial – e nesse ponto eu falo com muita felicidade.

Há uma cultura na Prefeitura de que fazamos “x” mil impressões ao dia do Diário Oficial. E nós temos o Diário Oficial hoje, em meio eletrônico, para todos os funcionários. Então temos uma área que foi reestruturada para isso, com o apoio da Prodam, fazendo um trabalho que já provocou uma redução significativa no número de impressões. Tínhamos um orçamento de sete milhões e meio para impressão do Diário Oficial, mas, com o reajuste no contrato, e

com a diminuição no número de exemplares, está caindo para seis milhões e 700 mi. Esse é um fato de modernização. Temos como meta ter o mínimo de exemplares disponíveis – não digo zerado, porque há necessidade do documento em algumas unidades –, até porque esse instrumento está disponível em meio eletrônico.

As reduções, algumas reduções tem que ser analisadas como ganhos de escala, algumas como modernização e outras como reajuste internos para fazer frente a esse orçamento.

**P** – Ficou faltando a questão da Fundatec. Eu quero saber quantos alunos temos lá; quantos alunos passaram por lá; qual o custo aluno/ano.

**R** – A Escola Técnica promove quatro cursos técnicos, todos eles em saúde: bucal, análises clínicas, gestão em serviços de saúde e farmácia. Em 2011 foram mil alunos aproximadamente. E além do custeio dos alunos, o material para esses cursos, que tem aulas práticas. E os custos de manutenção para a estrutura.

E quem não conhece a Escola Técnica está convidado para conhecer. É um dos locais emblemáticos da Cidade Tiradentes. Está muito bem estruturada. É de fazer inveja a qualquer escola técnica em termos de limpeza, de segurança, de adequação. As salas são apropriadas; foram feitas melhorias nos equipamentos, com compra de equipamentos para esses cursos. A gente viu pela listagem que são cursos totalmente voltados à área de saúde. Ou seja, você precisa de equipamentos na área bucal, na área de treinamento em farmácia. A folha de pagamento tem 55 funcionários, que conta com vale-transporte e vale-refeição. Além disso, é feita a manutenção física do prédio. Então eu acho que é um orçamento singelo: falamos em nove mil reais por aluno ao ano. E a capacidade foi para mil alunos neste ano de 2011.

**P** – Sr. Secretário, eu falei que o senhor iria incorporar a Secretaria de Finanças. Esqueci de Alexandre Schneider que o senhor vai incorporar a Secretaria de Educação com esse custo aí daqui a pouco. Se ele souber desses números, ele vai ficar preocupado,

Secretário. A concorrência é meio complicada. De qualquer maneira, vamos lá.

**R** – Os números refletem a boa gestão da Fundação.

**P** – Não, não estou dizendo que não. O Secretário vai confrontar esses números da Fundatec; ela tem dois polos de educação na Cidade. Eu achei que essas pastas estavam na Secretaria de Educação. Ele vai criar um problema danado. Começa a chamar a atenção.

Há dois inscritos. Tem a palavra o Sr. Atanácio e a Sra. Cleide, que farão as perguntas. V.Exa. pode anotá-las para, posteriormente, respondê-las.

Tenho diversas questões, mas como são da área do planejamento da Cidade, e não da Pasta de Planejamento, da Gestão, como: por que colocamos recurso no orçamento e o senhor retira no final do ano. Vamos procurar um meio para não retirar mais. Vou buscar construir nesta Casa por que a Casa põe o recurso e, passa dois meses, o senhor retira o orçamento e recobre (?) com a verga geral, utilizando os 15%. Então não precisa dos 15%. Mas isso eu vou acertar com o senhor. Hoje a audiência é da Secretaria de Planejamento para a pasta da sua gestão.

Tem a palavra o Sr. Atanácio.

**O SR. ATANÁCIO** – Boa tarde. Meu nome é Atanácio; trabalho na Subprefeitura de Guainases, no cargo de AGPP. Sou ex-supervisor de uso e ocupação, ex-supervisor de fiscalização, e atualmente trabalho em obras.

Gostaria de saber se para o Orçamento de 2012 está prevista alguma proposta de reajuste que vise à melhoria da qualidade dos serviços e da situação dos servidores públicos.

Faço tal pergunta porque os servidores estão há mais de 15 anos sem reajuste que recomponha o custo de vida. A gente ouviu, há um mês, que o Prefeito Kassab vai reajustar o valor do IPTU, tendo em vista o custo da inflação. E eu acho interessante que isso não foi pensado para a recomposição dos salários dos servidores públicos, mais de 154 mil que estão na ativa.

Nós, servidores, muitos, estamos desmotivados. Não temos um plano de cargo,

carreira e salários que crie uma perspectiva de trabalho para o coletivo dos servidores públicos. E é uma pena saber na audiência pública que além de a situação estar complicada para os servidores públicos, temos aí um decréscimo de 20% destinado à (Ininteligível) do servidor.

**A SRA. CLEIDE COUTINHO** – Bom dia ao Secretário Rubens Chammas, ao Vereador e aos demais presentes.

Eu sou Cleide Coutinho, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança e Conselheira de Metas da Agenda 2012.

Vou falar pelas duas instituições: primeiro, como Presidente do Conselho de Segurança da Lapa.

O nobre Vereador Vereador Milton Leite já nos conhece: já estivemos nesta Casa no orçamento passado, reivindicando orçamento para a Subprefeitura da Lapa. E conseguimos, ao final, um acréscimo de dois milhões, que melhorou o orçamento.

Mas, nobre Vereador, esse valor não foi verdadeiramente colocado, porque a Subprefeitura ficou com os 28,833 mil. Os 2 milhões ficaram “congelados”, não sei se pode dizer isso.

Como é que funciona isso, Sr. Secretário? Eu gostaria de saber por quê? A sociedade civil se manifesta, participa, aponta, cobra nesta Casa dos Srs. Vereadores para que redirecionem um Orçamento justo para as Subprefeituras; e, de repente, isso é uma falsa conquista? Isso não é correto.

A Subprefeitura da Lapa teve uma redução no Orçamento. Foi calculado em cima dos 31 mil, sendo que foram 28 mil. Resumindo, estamos tendo uma redução, um prejuízo, bem maior.

Nós queremos isso bem claro e transparente, Sr. Vereador, porque a gente acredita que está havendo um entendimento da Prefeitura quanto às nossas reivindicações. Nós representamos uma comunidade grande, e me parece que as problemáticas que apontei ano passado não foram escutadas.

A reivindicação do aumento do Orçamento era para que as podas de árvore e a questão da iluminação fossem prioridade na região da Lapa. Nós temos 17 áreas verdes. Há 3 mil solicitações de podas de árvore, e não foi feito.

Foram definidas outras prioridades, como limpeza de bocas de lobo contra as enchentes. Entretanto, parece que prioridade de enchente é só contra a água, mas está tendo muita tempestade de vento, estão caindo árvores, estão morrendo pessoas. A segurança da população não está sendo considerada.

E me entristece muito, Sr. Secretário, quando o senhor reduz o orçamento das Subprefeituras como se elas só fossem responsáveis por cuidar de lixo e de praças. Não é só isso. As árvores estão sem poda, é um caso gravíssimo de calamidade. Há árvores com cupins, árvores que precisam ser removidas.

Sabemos que a contratação dessas equipes custa caro. E não adianta a Subprefeitura trabalhar durante um ano com apenas três equipes. Precisa ser feito um mutirão, mas não somente quando o Sr. Prefeito vai visitar a região para sair na foto, no *Diário Oficial*.

É muito triste saber que vai diminuir a quantidade de impressão do *Diário Oficial*. Eu acho que não é a mesma coisa consultarmos pela internet o que é autorizado ou publicado. Conseguimos visualizar mais detalhes no *Diário* impresso. Precisamos entender o que acontece na Cidade como um todo.

Quero que o senhor cobre mais impressões do *Diário Oficial* para estarem disponíveis nas bibliotecas, nas Subprefeituras e nas escolas, para nós, cidadãos. Se a Prefeitura não precisa de *Diário Oficial* dentro da Sempla, nós precisamos consultar e ter acesso.

Como conselheira de metas, Sr. Secretário, o senhor sabe, o senhor tem uma mente brilhante, eu falei: o que seria de São Paulo se não fosse os Secretários Rubens Chammas, Marcos Cintra e Miguel Bucalem? Eles são o coração desta Cidade, porque fazem o planejamento todo.

Então, me admira ver no Orçamento esses remanejamentos. E quando se trata da qualidade de atendimento do cidadão, somente 1 milhão dará para melhorar a qualidade? Sendo que esta conselheira aqui já tem explicado como estão funcionando os serviços de atendimento nas Subprefeituras.

Portanto, eu gostaria de reivindicar 50 milhões para a Subprefeitura da Lapa, onde há 317 áreas verdes para cuidar, 4 mil podas de árvores na solicitação, e nós estamos em primeiro lugar em furto de veículos.

Daqui a pouco, seremos considerados o primeiro lugar em quedas de árvores, acidentes, destruição de carros e de residências.

Muito obrigada.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** - Primeiro, em relação à questão do Sr. Atanácio, foi muito bem colocada. É claro que as solicitações não estão refletidas aqui, porque esse é o Orçamento da Secretaria do Planejamento. Mas, em deferência à colocação dele, quero fazer um retrato muito rápido das ações da nossa Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Desde que nós assumimos a Secretaria, o Prefeito Gilberto Kassab, com a fusão das Secretarias, pediu uma reestruturação nessa Coordenadoria, que cuida não somente dos cadastros, ou dos números, ou de pagamentos, mas cuida da gestão de pessoal, que é muito mais do que esse mero cadastro.

Tiro o chapéu para a equipe que hoje trabalha nessa Coordenadoria, porque ao longo deste ano houve uma negociação salarial de gente grande. Ficamos um ano em negociações.

A negociação não tem data para iniciar nem para terminar, é negociação permanente. Claro que alguns projetos já foram encaminhados a esta Casa, da saúde e da educação, mas as análises e estudos das outras categorias estão em pleno vapor – ontem até tivemos uma reunião – tanto no nível universitário, destacando as categorias de engenheiros, contadores e agentes vistoristas; quanto no nível médio e nível básico.

As equipes estão permanentemente em análise, em discussões, fazendo propostas. É claro que, quando a gente olha o Orçamento como um todo, o número é gritante. Nós gastamos, hoje, com pessoal, entre ativos e inativos, algo em torno de 12 bilhões de reais.

Cabe mais? Acho que sim, desde que sacrifiquemos outro. Então, temos de analisar com muito cuidado, e essa análise está sendo feita. Já temos uma agenda para a primeira semana de dezembro, mais uma devolutiva para o sindicato.

Portanto, é fundamental essa colocação do Sr. Atanácio, mas os estudos não estão parados. Encaminhar projeto de lei para esta Casa: isso tem de ser feito quando o estudo está consolidado, quando há suporte orçamentário e quando há consenso. Os outros estão caminhando muito bem, mas ainda não temos uma proposta fechado.

Peço ao Sr. Atanácio e quaisquer outros representantes de sindicato que procure nossa equipe, que lhe dará mais detalhes desses estudos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Secretário, antes do senhor continuar com as respostas, o Sr. Waldir vai fazer uso da palavra. Em seguida, o senhor conclui as respostas em bloco. As inscrições para a pasta de planejamento estão encerradas, lembrando que esta audiência pública trata da pasta de gestão, e não do planejamento da Cidade.

Haverá outra audiência pública, cuja data já está publicada, onde o Sr. Secretário falará sobre a gestão da Cidade, sobre o quadro de funcionários, sobre outras pastas, sobre remanejamento de verba. Hoje ele veio falar da administração da pasta de gestão de planejamento especificamente.

Sobre o planejamento da cidade, ele falará em outra oportunidade, porque ele não trouxe os elementos para isso hoje. Não é que ele não queira responder, é porque esta audiência foi convocada para tratar de outro assunto.

Então, não estamos vetando perguntas. O Sr. Secretário fique à vontade. Se o senhor não tiver condição de responder alguma pergunta, no dia 12 de dezembro estaremos aqui para falar do planejamento da Cidade.

Tem a palavra o Sr. Vlamir Lima.

**O SR. VLAMIR LIMA** – Sou Secretário Geral do Sindsep. Entendi a explicação, mas no Orçamento da Secretaria estou vendo a disposição dos gastos dos servidores. E o nosso entendimento é que com o orçamento que a Prefeitura tem hoje é possível ampliar para os servidores. Esse é o nosso entendimento.

Queremos dialogar com a Secretaria e, no caso, com a Prefeitura, essa ampliação, porque a política que está sendo aplicada está trazendo grandes distorções. Acho que esse é o x da questão.

Só para citar um exemplo. Houve a greve do serviço funerário, serviço essencial da Prefeitura, inclusive a Prefeitura questionou que não poderia haver greve, mas há trabalhadores recebendo 440 reais com o seu inicial de carreira, mais a gratificação de 630 reais que foi concedida.

Outra distorção que não entendemos é por que um agente escolar – e não estou incluindo o projeto que foi aprovado esta semana na Casa – já parte recebendo 702 reais, sem contar as gratificações e benefícios. E não estou incluindo o que foi aprovado nesta Casa, que já será aplicado para este ano no salário padrão.

Então, no nosso entendimento, pelo que vem sendo gasto, é possível a Prefeitura mudar essa visão de haver gratificações. Citei o exemplo dos funcionários do serviço funerário, mas não é só do serviço funerário, ainda tem o pessoal de operacional, de saúde, etc.

Qualquer detalhe, podemos discutir no dia 12 de dezembro.

Obrigado.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** - Só complementando, vou falar sobre os assuntos que o Sr. Vlamir abordou, que são similares ao assunto do Atanácio. Teremos oportunidade de discutir isso na audiência geral, mas sobre as questões do serviço funerário já tivemos a oportunidade de mostrar todo o esforço que está sendo feito, os concursos que já estão aprovados e em andamento para motorista e para sepultador, algumas gratificações.

Bater na tecla de que cabe espaço para mais alocação de recurso para pessoal é importante. Porém, temos de conhecer o Orçamento como um todo.

Se o Vereador me permite, vou falar rapidamente. No Orçamento como um todo, temos 31% da receita corrente líquida alocada para a Educação; 15% Constitucional e a atual Administração aplica algo em torno de 21% para a Saúde. Se fizermos as contas, já estamos em 52. Treze por cento para a Dívida, estamos com 65. Mais 2,55% para precatórios; são 67,5. Meio por cento para Pasep, 68. Com os gastos essenciais para com a Cidade; como iluminação, transporte, coleta e varrição; chegaríamos a 92,5% dos gastos do nosso Orçamento. Ou seja, já temos 7,5%. Isso contando com pessoal alocado. Então, 7,5% para outros investimentos.

Claro que poderíamos discutir sobre esse tema, - que modéstia à parte eu gosto – extensivamente, por que são 20 para a Saúde, por que não é isso, a dívida... São assuntos palpitantes, importantes para a Cidade, mas que cabe uma reflexão. Então, não é só uma continha em que se tira daqui e põe mais um bilhão em pessoal. Nós temos um gasto hoje com aposentadorias de algo em torno de três bilhões de reais, com a dívida de 4,5 bilhões de reais. Então, são gastos que não são “mexíveis”. Por isso, é importante a discussão, o diálogo, a análise crítica, mas não é uma conta de mais e menos. Temos de ver o que está por trás desse número.

Coloco-me à disposição, até para voltarmos ao tema da Secretaria de Planejamento a qualquer momento, nós e a nossa equipe para avançarmos na discussão do assunto “Gasto de Pessoal na Prefeitura”.

Em relação às questões da Sra. Cleide, primeiro quero parabenizá-la, ela faz parte do Conselho Consultivo de Metas, faz o trabalho, realmente, de Conselheira, traz as colocações, mas gostaria de esclarecer, pois existem algumas pequenas confusões. Primeiro, parabeno o processo com que a Câmara Municipal, a cada ano, vem aperfeiçoando a discussão do Orçamento. Neste ano, a Câmara propôs audiências locais, espalhadas pelas

regiões da Cidade e temáticas. Acho que é um grande avanço e ela está sempre aperfeiçoando. A Peça Orçamentária é uma proposta do Executivo encaminhada a esta Casa e aqui, sim, é o fórum do debate. É o espaço de se ouvir a comunidade, a sociedade para que o Legislativo possa, de forma organizada e analítica, fazer algumas ratificações.

Primeiro, há uma análise equivocada. Tive a oportunidade de participar da primeira audiência geral para explicar. O Vereador Donato até parabenizou porque ele entendeu a explicação. Não houve nenhum decréscimo no Orçamento de Zeladoria das 31 Subprefeituras. É que nós confundimos. No Orçamento que foi aprovado, por exemplo, com relação a áreas de risco nas Subprefeituras, inicialmente, não consta no Orçamento das Subprefeituras, está no Orçamento do Gabinete do Secretário. Então, dia 1º de janeiro, tantos milhões para áreas de risco estão no Gabinete e, ao longo do ano, esse valor vai sendo irrigado para as Subprefeituras. Ou seja, temos de analisar o Orçamento aprovado em janeiro e não o atual. De novo, para a proposta de 2012, o Orçamento para áreas de risco está locado no Gabinete, são 110 milhões de reais, 30 do Tesouro e 80 da Fonte Federal. Nesse momento, na proposta orçamentária, ele não aparece nas Subprefeituras, mas, ao longo do ano, vai aparecer, porque ele vai sair da Coordenação e vai para as Subprefeituras.

Em relação às emendas, achar que a Câmara Municipal coloca uma emenda e ela é uma “ficção” porque nós congelamos, não é porque é uma ficção. No ano passado, a Câmara Municipal, por intermédio de seus estudos, indicou que poderíamos ter um aumento na arrecadação. Portanto, sua contrapartida são aumentos em despesas. No início do ano, a Administração entendendo que esse aumento de arrecadação poderia não ocorrer, - como, de fato, não está ocorrendo – nós contingenciamos. Nós não podemos entender que a Câmara Municipal, com toda sua capacidade, estudou e analisou, mas é uma expectativa, tanto que na Peça Orçamentária eu estimo receita e fixo despesas. Então, ela estimou uma receita de um bilhão a mais do que o Executivo mandou para esta Casa. Esse um bilhão a mais o Executivo ainda não reconhece, como não está sendo efetivado como receita efetiva. Portanto, tem que

ter o contingenciamento. Portanto, tem que ter o contingenciamento. Falar que nós não estamos reconhecendo o que a Câmara colocou, não é isso. É que à medida que as receitas vão entrando eu posso ir descontingenciando para manter o equilíbrio. Esta gestão, e isso o Prefeito Kassab não abre mão, a orientação aos Secretários é responsabilidade fiscal total. Então nós não gastamos mais do que temos previsão de arrecadar e a previsão vai se consolidando dia a dia.

Mas o que eu queria, só para esclarecer, porque essa é uma questão importante, o orçamento para zeladoria nas 31 subprefeituras, nenhuma delas teve redução entre o orçamento de 2011 e a proposta orçamentária para 2012. Pode ter tido redução em pessoal, tem secretarias que fizeram ajustes internos de pessoal, pode ter tido outra redução. Agora, muitas das ações das subprefeituras estão no órgão central, que é a Secretaria de Coordenação e ao longo do ano ele vai sendo irrigado para as subs.

Para terminar, o recurso para atendimento que está inscrito na Secretaria, é para a Secretaria de Planejamento, não podemos confundir isso com atendimento da Prefeitura. A Secretaria das Subprefeituras tem o seu recurso para seu atendimento, a Secretaria de Comunicação idem. Então, existem várias ações, em várias secretarias para fazer frente a essa demanda.

Em relação à impressão do *Diário Oficial* aí me desculpa, mas eu discordo. Primeiro, todos os nossos equipamentos, são quase cinco mil e 500, se não todos, mas a maioria tem computadores disponíveis para acesso ao público que pode acessar *on-line* o *Diário Oficial Eletrônico*, é uma questão de cultura. Claro que não vamos extinguir, ninguém falou em extinguir a impressão do *Diário Oficial*. Eu dei um exemplo de um instrumento importante que está modernizada sua disponibilização. Tinha secretarias que pediam dez exemplares para cinco pessoas, porque queria um arquivar, outro guardar na gaveta. Não. Nós vamos mandar só cinco. E por que não quatro ou três? Então é questão da gente analisar e se precisar colocar versões impressas nas bibliotecas, nós vamos por. Ninguém está defendendo a

extinção ou redução da impressão desse mecanismo, mas eu dei só como exemplo de um aspecto de modernização, porque vocês sabem que a administração, se ninguém fizer nada, ela passa o ano inteiro sem nada acontecer, nem de bom e nem de ruim e nós estamos realmente mirando uma administração mais eficiente, mas estratégico e mais moderna.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário, antes de encerrar, me permite a vênua de discordar de V.Exa. no seguinte, a Câmara Municipal nos itens que foram modificados, IPTU, ISS, ITBI e ICMS, ela não errou em absolutamente nada, 100% daquilo que ela mexeu está confirmado até setembro e a previsão é que se cumpra, eu já mencionei isso na última audiência pública, a Câmara acertou em absolutamente 100%. Aliás, se não engano, havia cerca de cem milhões a maior a arrecadação dos itens que nós disponibilizamos em verbas, ou seja, os recursos que a relatoria mexeu no ano passado, foi até setembro, nós estamos acompanhando a execução orçamentária, nos itens mencionados foram absolutamente, sem nem um erro, absolutamente cumpridos e a previsão nossa é que se cumpra com folga nessas rubricas em que foram mencionados em que a Câmara remanejou, ou seja, ela ofertou um acréscimo de receitas e ofertou um acréscimo de despesas. Eles estão sim sendo cumpridos. O que não for, Secretário, não é a reunião apropriada. Eu o farei, vou contestar com dados na próxima reunião do dia 12, mas na última reunião que nós fizemos, nós estamos acompanhando, eu tenho uma preocupação em não errar, porque fui o relator do orçamento deste ano, minha preocupação, o meu zelo muito grande, é não causar distorções e monitoro isso permanentemente, está absolutamente correto.

O que pode haver é o senhor não ter ainda entrado em todas as receitas e não ter feito frente a todas as despesas por conta de que estamos ainda em momento de setembro, final de setembro, último balanço, então tem outubro, novembro, dezembro, portanto, três meses de receita a cumprir. Mas, até setembro, com um superávit daquele que indicamos nessas receitas, estão absolutamente corretos. Mas, na próxima reunião do dia 12, vou trazer os dados atualizados. Solicito à Assessoria que traga os dados atualizados, impressos com a

data de hoje, porque quero demonstrar que, nesta data, tínhamos razão sobre o que falamos e propusemos. O que há são receitas vinculadas, conversadas com o Governo, que também não mexemos: estão elencadas sob as rubricas zeladoria e o que a Câmara ofertou: são recursos – que não se confirmaram – os chamados fonte 00; então, recursos do Governo Federal, Estadual; de alienação de bens, em disponibilizados.

Se o Governo não conseguiu lograr êxito em vender os terrenos, que fosse para a Pasta da Educação, essa rubrica foi condicionada; se o Governo Federal não transferiu tudo o que havia prometido, isso é outro problema. Mas, não quero ter isso aqui. Peço à Assessoria que prepare esse relatório para o debate do dia 12. Não é que não seja esse o fórum adequado, as pessoas são as indicadas, mas não temos elementos para discutir isso hoje, porque viemos para discutir a Pasta de Planejamento especificamente.

Assim, Sr. Secretário, dou por encerrada a audiência pública da Pasta de Planejamento, e não Finanças, que será amanhã.

Em seguida, liberarei o senhor, para realizarmos a audiência pública de IPREM e da Prodam, uma autarquia e a outra empresa, que têm de falar por si só e fazer suas justificativas.

(Pausa)

Está aberta a audiência pública na qual passamos a discutir a Prodam, cujo representante é o Sr. José Ribamar e, em seguida, o Sr. José Roberto, representante do IPREM.

**O SR. JOSÉ RIBAMAR** - Bom dia, Sr. Vereador Milton Leite; a todos os presentes. O Sr. Secretário Rubens Chammas, durante a sua apresentação, já falou sobre os mais significativos números da Prodam, os quais mantive na minha exposição: 248 bilhões relativos ao orçamento de 2012 da Prodam.

Gostaria de aproveitar para dar um destaque específico para o item pessoal, porque supera os 50% do orçamento da Prodam. Destaco isso porque é compromisso da

Prodam, tem sido e continuará em 2012, a concentração na formação e desenvolvimento de seu pessoal.

A Prodam possui hoje 20% dos seus funcionários, dos seus 850 funcionários com curso de pós-graduação; 7% dos funcionários da Prodam têm curso de MBA de primeira linha.

A Prodam é uma Empresa que, sabendo que tem de atender o Município de São Paulo nas demandas que existem em Tecnologia da Informação e Comunicações, preza, prioriza e coloca no top de seus objetivos, as suas pessoas e a formação dessas pessoas.

É por isso que eu queria destacar. É evidente que a Prodam tem investimentos que estamos fazendo - já fizemos este ano e, no ano que vem, despesas decorrentes desses investimentos estão aqui, com equipamentos. O Data Center da Prodam está sendo modernizado, dentro dos objetivos de modernização da Prefeitura Municipal de São Paulo, mas esses são os pontos que eu acho que eu já destacaria, porque a Prodam é, acima de tudo, a qualificação das pessoas e dos seus quadros. É por isso que essa prioridade, esses números, chegam aos níveis que estamos.

Temos contrato com todas as Secretarias e estamos cumprindo. Há projetos novos, esses projetos estão contemplados aqui e eu deixaria, então, aberto para questões que possam ser apresentadas em algum detalhe, caso queiram saber.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vou fazer as perguntas. Estão abertas as inscrições.

Farei algumas perguntas, mas vou ouvir o Iprem. Assim faremos para que as pessoas possam vir aqui e manifestar ao microfone, aqueles que desejarem, a respeito das duas Pastas em conjunto.

Então, vou abrir para que o Iprem possa fazer a sua manifestação.

Por que o Iprem tem de ser feito independente? Porque é um órgão, um instituto totalmente independente, é uma autarquia totalmente independente, que representa, principalmente, os aposentados e pensionistas e não pode ser confundido com a gestão. Ele

não pode ser confundido, de maneira nenhuma, com a gestão. Tem um Orçamento e um recurso que as pessoas olham, de 3,772 bilhões, pensam que esse recurso é para pagar aqueles que prestaram serviço público durante muito tempo de sua vida e, portanto, esses recursos precisam de uma administração totalmente transparente, precisam de uma gestão informatizada, *on-line*, para que todos possam ver, porque esse dinheiro não é do Presidente, não é de ninguém, é daqueles que prestaram serviço público a vida toda e querem saber a quanto anda o dinheiro que vai sustentar os dias de sossego e descanso, depois de haverem exercido uma carreira no Município de São Paulo.

Então, gostaria que, José Roberto, você falasse rapidamente a respeito desses números que eu já os tenho aqui - espero que as pessoas também o tenham -, mas que o fizesse.

Aqueles que desejarem formular questões poderão fazê-lo.

Eu faria algumas perguntas, mas, por favor, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOSÉ ROBERTO** - Muito obrigado, nobre Vereador Milton Leite.  
Cumprimento a todos os presentes.

De fato, o Iprem, ao longo dos seus 102 anos, tem tido essa característica de preservar o pagamento das pensões e, mais recentemente, desde 2005, das aposentadorias dos servidores públicos.

Queria destacar que, para o ano de 2012, estamos com uma previsão de pagamento de aposentadorias e pensões da ordem de 3,772 bilhões. É um número expressivo dentro do Orçamento de São Paulo e, sem dúvida nenhuma, demonstra também a preocupação da Administração com a condição financeira dos seus inativos.

Estamos hoje com esse número, respeitando todas as decisões que são tomadas junto aos trabalhadores ativos da Prefeitura, servidores ativos. Os benefícios do Iprem, em muitos casos, são atrelados aos benefícios dos ativos e temos um volume crescente de aposentadorias e pensões.

Para vocês terem uma ideia, nosso número atual que falamos hoje é na ordem de 77 mil servidores, entre aposentados e pensionistas. Esse número cresce na ordem de, pelo menos, 5 a 6 mil servidores / ano.

Então, o Iprem, sem dúvida, tem um crescimento dessa sua despesa. Nós tomamos o cuidado de elaborar um projeto de previdência complementar, Vereador Milton Leite, que esta Casa deverá receber nas próximas semanas, justamente para poder fazer frente a esse crescimento dos benefícios com as aposentadorias e pensões.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Bem, vou começar aqui invertendo. Vou começar a fazer minhas perguntas justamente ao Iprem.

Estamos vendo aqui, aposentadorias e pensões. Com essa (?) Administração, os valores são pequenos - são grandes, pela complexidade -, mas aposentadoria e pensões, o senhor tem aqui 3,737 bilhões. Como compõe a receita para fazer frente a essa despesa do ano que vem? O senhor diz aqui, mas como é que faz? - para que as pessoas possam entender de onde vem esse dinheiro e como é que o senhor vai pagar. Como é que o senhor vai pagar esse dinheiro? De onde sai o dinheiro para pagar os aposentados e as pensões?

**R** - Sem dúvida. 831 milhões virão de contribuições dos próprios servidores. Teremos ainda, de receitas do Conprevi, cerca de 80 milhões. Teremos todo o restante vindo da própria Administração, ou seja, a Administração arca com toda a diferença entre o valor do que foi recolhido por meio de contribuições, menos o total das obrigações.

**P** - Para as pessoas entenderem, o senhor está dizendo que os funcionários contribuem com 831 milhões.

**R** - Exatamente.

**P** - Ou seja, se estamos falando em 3,7 bilhões e estamos falando em 0,8 bilhões, em números redondos, estamos falando em 2,9 bilhões. É déficit isso?

**R** - Não. Entendemos que isso é uma insuficiência.

Déficit...

**P** - A receita não paga a despesa?

**R** - Ela não paga. Então, essa insuficiência é coberta pela Administração.

**P** - É isso o que estou dizendo.

**R** - Sem dúvida.

**P** - O que arrecada não paga?

**R** - Não paga. A nossa Administração tem de complementar, cobrindo essa insuficiência, na ordem de 2,9 bilhões.

**P** - Ou seja, os contribuintes pagam para fazer frente aos aposentados, os juros (?) que não têm cobertura da arrecadação, mais 2,9 bilhões.

**R** - Exatamente.

**P** - Em números redondos.

**R** - Exatamente. É esse o número.

**P** - Há saldo em caixa no Iprem? Outrora, havia bilhões em recursos. Como é que estão os recursos em caixa?

**R** - O Iprem trabalha dentro do regime de caixa, da mesma forma que o INSS, ou seja, o Iprem, todos os meses, recebe os recursos da Administração e faz o pagamento: recebe com uma antecedência e paga os benefícios. Então, o Iprem nunca fica descoberto, mas ele não fica com esse caixa, ele não tem recursos próprios, ele não teria, digamos, um volume substancial de investimentos.

Hoje, a carteira de investimentos do Iprem é da ordem de 15 a 20 milhões, variando mês a mês.

**P** - Mas o que falam tanto, que o Iprem tem capacidade de investimento, conversa, buraco, a diferença é grande a ser coberta com os contribuintes, que cobrem.

**R** - Exatamente.

**P** - Muito grande, na verdade.

**R** - É, os 2,9 bilhões a Administração aporta mensalmente. Então, não temos um

instituto com um grande volume de investimentos. Ele, na verdade, é um instituto que trabalha sob regime de caixa.

**P** - É algo que preocupa, porque o coitado do aposentado está lá prestando serviço e se vê numa situação de que hoje a Prefeitura tem de colocar 2,9 bilhões e só tem 830 milhões, ou seja, tem de fazer frente aos 2,9 bilhões. Se houver algumas perdas, coitado do aposentado, que trabalhou a vida toda. Vamos falar, em nível de futuro, mais cinco ou 10 anos. O que vai acontecer com isso aqui? É complicada a vida do aposentado nessa situação, não é?

**R** - Olha, Vereador, ...

**P** - É muito complicada a vida desses aposentados, muito complicada.

**O SR. JOSÉ ROBERTO**– Vereador, são 102 anos sem ter tido um atraso, uma dificuldade. O município de São Paulo sempre honrou suas obrigações, e o Ipem goza de...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Eu contraponho dizendo o seguinte: a Itália era forte outro dia, a Grécia também, e quebraram. Isso aqui está quebrado. Não estou dizendo que será corrigido agora, mas precisamos buscar uma solução sustentável, que não seja buscar todo dia lá, no futuro, até o dia em que deixa de estar. O contribuinte daqui a pouco começa a gritar. Você concorda? Isso aqui é uma questão de política, não vamos discutir nesta peça orçamentária, mas é preciso discutir muito claramente isso. Vamos buscar um negócio sustentável, para que as pessoas possam ter a tranquilidade de ter contribuído muito... e o que está contribuindo não está pagando. Não sei o que aconteceu. É complicado. Não adianta dizer: “Olha, a Prefeitura sempre pagou”. A Grécia sempre pagou, a Itália sempre pagou, agora tem de pagar 7,5%. Se pagar 7,5% m quebra. Aí dizia o seguinte: “Se eu quebrar, eu quebro todo mundo”. Alguém tem de ajudar”. É o que está acontecendo aqui.

Assustam-me, assombram-me esses números. Significam mais de 10% de recuo dos recursos da fonte 00 aqui da cidade de São Paulo. Mais de 10%. Só para cobrir aposentadoria de funcionários, mais de 10%. O Secretário falou que 92% estão

comprometidos. Falamos isso até para dizer para o contribuinte que não é 92,5. Noventa e dois estão devendo mesmo. O sujeito fica numa insegurança enorme. Para cobrir receita e despesa(ininteligível)alguma coisa teremos de fazer para não ficar pedindo para a Prefeitura todo dia colocar dinheiro de recurso no Instituto. É isso.

Você está lá neste momento na presidência, e as notícias que temos são boas em relação a sua superintendência, não temos nenhum óbice. Estamos falando em um plano mais amplo. É uma discussão que cabe ao longo do tempo. Não estou criticando sua gestão. Estou olhando um contexto como um todo, que nos assombra, assusta muito.

**O SR. JOSÉ ROBERTO** –Vereador, é muito importante esse projeto da previdência complementar, porque é uma resposta para essa questão. Esse projeto está hoje sob análise do Executivo, para encaminhamento ainda este ano para a Câmara, de tal forma que voltemos a fazer a capitalização das contribuições e tenhamos, ao longo dos próximos anos, um fundo capitalizado em São Paulo com a magnitude dos maiores fundos de pensão do Brasil.

Esse é um projeto importante. Nós contamos com o apoio do senhor...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Nós vamos estudar o projeto, mas acho que não me fiz entender e vou citar o exemplo que já citei. Itália quebrou, a França quebrou e a Grécia quebrou. Por que estou dizendo isso? Para que as pessoas entendam claramente o que estou dizendo. Estamos vivendo um movimento na Grécia, na Itália, na França de aumento da idade do aposentado. Cortam-se os benefícios daqueles que se aposentaram, porque há um déficit nas contas. Estamos dando o exemplo de países... Por que estou falando mais dez, vinte, talvez trinta anos? O que aconteceu nesses países? O que estão pedindo? Para baixar a receita do aposentado, porque não pagou...Aumenta a idade para diminuir o buraco da aposentadoria. Cortam-se os benefícios dos aposentados. É isso que está acontecendo lá. Estamos desenhando isso aqui daqui a mais dez, vinte anos. quem disse que daqui a dez, vinte anos ou mais não estaremos na rua dizendo o seguinte: estamos apertados, não temos dinheiro. O contribuinte começará a brigar. É isso que estamos vendo, Roberto. Estamos vendo

países quebrarem. Eles abasteciam essas contas e agora estão dizendo: “Precisamos cortar para pagar” e não tem dinheiro. Isso não é sustentável. Isso aqui é igual a previdência nesse país, uma hora vai estourar, o buraco é muito grande para o município de São Paulo, mais de 10% de suas receitas, não estou reclamando que assim o seja, mas algo tem que ser construído, talvez a solução nesse projeto de lei. Nós temos que buscar uma maneira sustentável para aquele for se aposentar pelo IPREM, porque do jeito que está aqui não é. Nós corremos o risco, fica muito claro, os sindicatos que veem isso aqui hoje debatem no presente, mas estão esquecendo do futuro. Nós estamos assistindo no mundo, aqui esses números, é a Grécia do futuro, é Itália do futuro. Aqueles que dependem do salário público é esse buraco enorme que estamos assistindo aqui. Isso não fica de pé, essa conta não fecha e ele não fica de pé, o Tesouro, uma hora vai falar: “Vocês precisam cortar os benefícios porque vocês pagaram demais”, até que vem um doido e diz que estão pagando demais. É isso. Acho que agora me fiz claro para as pessoas entenderem. Elas brigam pela receita presente, pelo que é justo, mas se esquecem lá da frente. Ninguém para para olhar isso aqui. Estão vendo o mundo pegar fogo e um dos principais problemas é esse. Por que estão aumentando a idade do aposentado? É justamente para isso que fizeram, diminuir despesa e aumentar a receita para fazer frente a esse buraco, porque corta os benefícios dos aposentados, é isso aqui.

Desculpem o desabado, mas é algo que mereça uma discussão um pouco mais ampla do que estamos falando. Eu estou falando da crise econômica lá, porque alguém vai financiando, financiando, financiando e São Paulo está quebrado, está devendo 60 bilhões. É que as pessoas não estão entendendo, o município também está quebrado. Nós estamos pagando 13% de juros ao Governo Federal que refinanciou as nossas receitas, mas a nossa conta está na casa dos 60%. Uma hora vai, estou dizendo isso, não fica de pé. O sindicato tem que começar a olhar isso, isso tem que ser pautado pelos sindicatos e começar a olhar. O município não está de pé. Isso não fecha.

Eu tenho aqui um inscrito, o Fábio Siqueira, que quer fazer uma pergunta da

Prodam. Do IPREM tem a Irene e tem o Vicente. Então vou pedir que façam as perguntas pelo tempo não superior a três minutos. Peço desculpas pelo desabafo e por externar algo que me preocupa. Todavia essa questão merece, principalmente dos sindicatos, um posicionamento muito claro a respeito dessa questão que se discute muito no presente, mas não estamos olhando o futuro, que vai pegar principalmente aqueles que estão hoje brigando aqui com bandeira. Daqui 20 anos vai acontecer o que está acontecendo aqui. É só olhar os números. Olha o número que São Paulo está devendo, o que os outros países europeus estão devendo, o que a cidade deve hoje, a cidade de São Paulo está pagando 13%, está se estrangulando, não vai passar no gargalo. É só olhar os números. Eu estou relatando o orçamento aqui, comecei isso aqui quando eram 20 e poucos bilhões. Eram dez, veio Maluf, federalizou a dívida, estamos com 60. Estamos quebrados, estamos devendo dois orçamentos, três das receitas de fonte 00. Três orçamentos. Qual a empresa que deve três orçamentos anuais? Está quebrada, fecha a porta. Uma empresa privada teria fechado as portas há muito tempo.

Relembro às senhoras e aos senhores que há um formulário para aquele que deseje formular questões para a pasta que for encerrada, poderão fazê-lo e eu as acolherei e vou encaminhá-las e vou examiná-las aquelas que forem pertinentes da pasta de Gestão. No IPREM não cabe ingerência nossa, a não ser discussão em projeto de lei, da Prodam cabe e nós podemos discutir. Então fica aí essa manifestação minha. Queria tornar público esse pensamento do relator, que tem observado permanentemente essa mutação de números agressivos, parece um câncer, é agressivo. Aqueles que dependem desse dinheiro não podem ficar tranquilos não, principalmente os novos que vão se aposentar pelo IPREM, podem ficar preocupados, a municipalidade está quebrada, vai faltar dinheiro para saúde, ou vão pagar saúde ou vão pagar os aposentados. Não tem dinheiro para isso. O Sr. Secretário já sinalizou “Estamos em 92 comprometidos”. Se subirem as contas dos aposentados e a outra, como vamos fazer?

O Sr. Secretário de Planejamento disse que está com 92,5 comprometido, portanto,

tem 7,5, ou seja, se isso começa a subir de um lado ou de outro, não é muito? Se vem uma crise e baixa a receita... As pessoas não estão entendendo essa conta. Alguém olha: “O IPREM tem um buraco desse tamanho. Estamos gastando tudo isso.” São esses os indicadores que temos hoje.

Fábio, desculpe-me por interrompê-lo, mas é importante darmos essas referências, porque se não, via de regra, ficamos olhando o pontual e nos esquecemos do macro, que é grave.

Tem a palavra, o Sr. Fábio, para a Prodam; a Sra. Irene e o Sr. Vicente, pelo IPREM.

**O SR. FÁBIO** – Obrigado. Vereador, Presidente desta sessão, Milton Leite.

Não é necessário pedir desculpas, pois suas ponderações foram muito atuais e com vistas no futuro.

Saúdo o Superintendente da Prodam, Sr. José Ribamar; Sr. Superintendente do IPREM, Sr. José Roberto.

Antes de fazer as duas perguntas para a Prodam, gostaria de registrar junto ao Sr. Vereador Milton Leite a solicitação de realização de audiência pública da Secretaria Especial para a Copa do Mundo e da Secretaria Especial para Grandes Eventos, criada em abril pelo Sr. Secretário Walter Feldman. Solicito que essas duas Secretarias Especiais sejam objetos de audiência pública para o orçamento de 2012.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Permita-me interrompê-lo. O pleito é justo. Seriam as Secretarias Especiais para a Copa do Mundo e a de Grandes Eventos. Eles virão.

**O SR. FÁBIO** – Obrigado. Sobre a questão Prodam: existe uma verba no orçamento da Prodam de, aproximadamente, 2 ou 3 milhões, referente à inspeção ambiental veicular, oriunda da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Gostaria de saber qual a relação desta dotação, com o assunto Prodam, e se

passou pela Câmara essa discussão de inspeção ambiental veicular, porque surgiu uma empresa nova, Controlar, se é fiscalizada pela Administração Pública. Essa empresa, ao que parece, é ligada a um grande conglomerado que administra pedágio e entre outras coisas. Então, gostaria de saber dessa inspeção veicular: o que tem a ver com a Prodam e sobre a empresa, como está sendo fiscalizada pela Administração Pública, até porque recebe da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente por esse trabalho, e acho que é obrigatório a todos os cidadãos paulistanos proprietários de veículos.

Segunda pergunta: a Prodam apresenta um Conselho de Administração, composto por 10 pessoas, funcionários públicos da Administração e vários Secretários, atualizado dia 30 de setembro de 2011. Gostaria de saber a periodicidade das reuniões desse Conselho de Administração da Prodam, visto que continua membro deste Conselho o Deputado licenciado Secretário Especial Walter Feldman, e diz a imprensa, salvo melhor juízo, que ele está morando em Londres. Exatamente, em virtude desse novo trabalho dele na Secretaria de Grandes Eventos, relacionados às Olimpíadas de Londres e outros eventos, e ele também é conselheiro da CET. Há uma grande remuneração para os 10 Conselheiros da Prodam, parece-me que o salário é mensal e é justo, mas qual a periodicidade das reuniões?

É isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Passo a palavra para a Sra. Irene, Conselheira do IPREM, e, em seguida, para o Sr. Vicente também.

**A SRA. IRENE** – Bom dia a todas e a todos, Mesa. Meu nome é Irene. Antes de ser tudo o que eu vou falar depois, de estar onde estou, sou uma funcionária pública, uma trabalhadora do serviço público municipal de São Paulo há 39 anos. Vou fazer 40 anos de Prefeitura em março do ano que vem e não estou legislando no meu próprio umbigo, não.

Tenho uma preocupação com a questão do Iprem. Por quê? Porque, como sindicalista, no mínimo a gente tem obrigação de aprender. Um pouco mais a gente procurou

aprender nos transformando em conselheira do Iprem, representando os trabalhadores do segmento da saúde. Estamos no conselho deliberativo do Iprem e a preocupação que a gente tem, não só com relação à questão dessa problemática financeira do Iprem, é com relação a todo o conjunto do que pode atingir a situação que o Iprem está atravessando. A nossa preocupação maior... Pode ser que a gente esteja falando uma grande bobagem, mas como eu sou daquele tempo em que, para entrar na Prefeitura, você prestava concurso e podia imaginar que seu futuro estava garantido na aposentadoria ou na pensão de quem fosse seu dependente posteriormente.

Eu quero fazer uma pergunta e gostaria de uma resposta sincera: se existe a possibilidade da intervenção nos cofres do Iprem, a questão das terceirizações, das parcerias, das privatizações ou essas ações. Como nós, do sindicato, que brigamos com relação ao Iprem, sim, nós defendemos e queremos um Iprem de qualidade para atender os nossos aposentados e pensionistas.

Quando a gente faz a visualização e um pouco de análise... Não sou técnica na área, não posso falar bonito como os técnicos costumam falar – e falam tão bonito que a gente acaba não entendendo nada. Mas quando tem uma pirâmide lá, a gente vê, no meio da pirâmide, a pirâmide da idade dos trabalhadores públicos municipais de todas as áreas da Prefeitura, a pirâmide do meio, que é aquela pirâmide, que é aquela faixa do meio da pirâmide que aponta quem está prestes a se aposentar, ela é a maior faixa. Então nós temos um número grande de pré-aposentáveis; temos um número pequeno de aposentados diante dos pré-aposentáveis; e não temos concurso público.

Nós, da Saúde – estou falando porque sou uma profissional da Saúde -, que já fomos maioria neste município enquanto trabalhadores ativos, hoje estamos diminuídos em mais de 50% em comparação com os trabalhadores terceirizados dentro dos órgãos públicos, com os trabalhadores “parceirizados” dentro dos órgãos públicos, e com os trabalhadores “oessizados” na área da Saúde dentro dos órgãos públicos. Eu queria saber se isso não tem

uma interferência.

Enquanto conselheira do Iprem eu posso dizer. Claro que a gente sai sempre perdendo, acaba no final das contas perdendo, porque nós temos uma bancada com três representantes do Governo, um presidente que é o quarto representante do Governo, e três representantes da bancada dos trabalhadores. A bancada dos trabalhadores vota contra o balancete, não aprova o balancete, não aprova a peça orçamentária do Iprem, mas tem o voto de minerva, tem o voto de minerva e o voto de minerva é que define e aí acaba sendo aprovado.

E aí a gente fica muito preocupado quando não existe nenhum incentivo, nenhuma posição do Governo que diz assim: “Nós vamos realizar concurso público, nós vamos restabelecer a questão do setor público adequadamente, com trabalhadores concursados, capacitados, com educação continuada, com valorização de salário”. E a gente tem colocado em todos os momentos, Vereador, em todos os momentos. Além de a gente reivindicar uma posição salarial, que os trabalhadores públicos municipais de São Paulo não alcançam há muitos anos a sua valorização salarial, a gente tem dito e alertado com relação à questão do nosso Instituto de Previdência.

Nós tivemos uma discussão séria quando houve a transformação, quando houve a reforma previdenciária. Nós temos que voltar a uma discussão séria para discutir a questão do Iprem, porque realmente nós vamos falir junto com o Iprem. Os servidores públicos aposentados, os pensionistas e os que estão para aposentar, se a gente não tiver uma discussão séria com responsabilidade, nós vamos falir junto com o Iprem. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vicente.**

**O SR. VICENTE –** Bom dia. Sou aposentado por idade, professor. Perdi a paridade, a paridade caiu na PEC 41, em pleno Governo Lula.

Quais são os paradoxos e as contradições que ocorreram e estão ocorrendo na Prefeitura de São Paulo, que é a maior prefeitura em termos de orçamento? Esses

aposentados que se aposentaram por idade, por invalidez e compulsoriamente aos 70 anos não recebem reajusto nenhum desde 2004. A PEC saiu em 2003.

O meu questionamento e a minha pergunta endereçada ao Iprem... É lógico que teria que ser uma instância também de planejamento, que muitos já estão quebrados, que nem o Vereador falou, não têm dinheiro nem para comprar remédios, com salários congelados desde 2004. O meu questionamento é esse. Existe uma lei federal. O Governo Federal, o que ele fez? Em 2004 colocou uma lei e, posteriormente, uma lei complementar em 2008 contemplou e exigiu das autarquias, dos municípios e dos estados que dessem reajuste pelo INPC, pelo menos. O Governo do Estado de São Paulo contemplou, a Prefeitura de Santos contemplou, e aqui a Prefeitura do Município não dá reajuste desde 2004. Então o encaminhamento da questão é esse aí.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A Prodam fala obviamente primeiro, em seguida o Iprem.

**O SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA** - Obrigado, Fábio, pela pergunta. O orçamento da Prodam tem 2,269 milhões de reais relativo à inspeção veicular. Esse valor, que é 190 e poucos mil reais por mês, nada mais é do que a manutenção que a Prodam dá ao sistema de inspeção veicular, que é um sistema já existente, é um sistema que está em pleno funcionamento. Mas ele tem de ser mantido, existem técnicos que o acompanham, nós temos de manter os custos do *software* envolvido e de manutenção. Então a Prodam não tem... ela trabalha contra a demanda das secretarias, especificamente nesse caso contra uma demanda da Secretaria do Verde. A Prodam não se relaciona diretamente com a empresa que faz a inspeção veicular. A nossa relação é diretamente com a Secretaria do Verde e essa despesa é nossa, para manter. É uma despesa da Prodam, fundamentalmente de pessoas, para manter o sistema em andamento.

A respeito da questão formulada sobre o conselho de administração, a reunião do conselho de administração da Prodam é uma reunião mensal, impreterivelmente mensal. E eu

queria destacar, já que foi citado nominalmente, que o conselheiro Walter Feldman participou de todas as reuniões. Estou há poucos meses na Prodam, mas em todos os meses que estou na Prodam, e participei de todas as reuniões do conselho, o nobre ex-deputado Walter Feldman esteve presente em todas elas.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário... Presidente, o seu orçamento em 2011 foi 168?

**O SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Atual, 245?

**O SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Esse aumento, se nós olharmos a planilha, vários itens o senhor cortou, vários o senhor subiu. Por que desse aumento tão significativo que estamos falando aqui em 47%? Por que esse aumento tão significativo para a despesa? De uma maneira global gostaria que o senhor explicasse. Aqui está sendo em relação à cidade, às demais pastas, extremamente privilegiado. Gostaria que o senhor justificasse isso. Por que estamos aumentando tanto o dinheiro para a Prodam. Mais: qual é o quadro de funcionários da Prodam que o senhor tem hoje, os de livre provimento, quantos tem e a média salarial.

**O SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA** – Começando pelo número de funcionários temos hoje cerca de 850 funcionários na Prodam. O salário médio é relativamente alto porque se trata de uma empresa em que os quadros são formados por técnicos especialistas em tecnologia da informação e comunicação que é uma área que, aliás, tem uma carência gigantesca no Brasil. Hoje existem 100 mil vagas disponíveis. Temos um salário da ordem de 4 mil reais, aproximadamente, médio, até para fazer frente a esta escalada que existe de demanda por funcionários tão especializados. Do ano passado as demandas aumentaram muito e algumas liberações tiveram de ser feitas para poder suportar o número de demandas que as secretarias apresentaram na área de tecnologia da informação, o que é natural. Isso

está acontecendo no mundo inteiro. Chegamos no ano passado, temos cerca de 190 milhões quando se somaram as demandas adicionais que foram feitas. Estou falando de 2010. Este ano estamos nos aproximando rapidamente de cerca de 220 milhões, aproximadamente, somando todas as demandas que recebemos. Isso significa que nosso crescimento, em relação à realidade das demandas, vai ser um pouco superior a 10% quando comparado a 2010. Efetivamente era um orçamento menor, mas o número de demandas e as liberações que a Secretaria de Planejamento precisou fazer para cobrir essas demandas adicionais é que nos levam a esses números. Diria que se formos somar efetivamente todas as demandas de TI que uma prefeitura da dimensão da de São Paulo exige vamos ver que provavelmente precisaríamos de algum número superior. Temos de ver e priorizar quais serão as atendidas dentro de cada período orçamentário. A Prodam tem tido, o senhor tem toda a razão, um crescimento sistemático ao longo desses últimos anos mercê da definição de governo de que modernizar e introduzir novos sistemas é uma forma de racionalizar os trabalhos da Prefeitura de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Indago do senhor: funcionários de livre provimento. O que chama a atenção na folha são os valores de 128 milhões de reais.

**O SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA** – Mais de 50 mais ou menos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – E o senhor gasta 128 milhões para isso. Quantos funcionários de livre provimento o senhor tem?

**O SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA** - A absoluta maioria de nossos funcionários são de carreira. Temos 730, aproximadamente, funcionários de carreira.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Não, de livre provimento, nomeação livre, que não são concursados.

**O SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA** – Cerca de 120.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – 120. Quais as funções que ocupam especificamente?

**O SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA** – A maioria são pessoas técnicas que foram capturadas, inclusive, por demandas. Quando sabemos que a demanda de TI é uma demanda tão diversificada e uma demanda cuja tecnologia vem se alterando constantemente é muito difícil não ser surpreendido por demandas específicas. Somos uma empresa bastante vertical no trabalho. Conseqüentemente, temos pessoal técnico e pessoal de assessoria especializada que, no fundo, são técnicos também, para suportar nossos projetos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Esses 120 são nomeações técnicas e não políticas.

**O SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA** – Sim. Não são políticas. Citaria um fato, se olharmos a diretoria da Prodam hoje, a metade da diretoria são funcionários de carreira e brevemente faremos alguma alteração e a maioria da diretoria será de funcionários de carreira. Acho que isso é um êxito extraordinário. Extraordinário e eu preciso mencionar e destacar.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – São todos técnicos desses 120?

**O SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA** – Todos são técnicos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Solicito que o senhor envie a relação deles acompanhada dos currículos e funções dos últimos 15 anos a esta comissão.

**O SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Não tenho mais nenhuma pergunta a fazer ao senhor. Fica aqui compromissado que o senhor envie, porque o principal dinheiro que o senhor está gastando é aqui. Como o senhor diz que são técnicos, eu acredito e vou juntar com os currículos desses 120 técnicos que compõe as funções nos últimos 15 anos.

Agora o Ipem. Vou liberar o presidente da Prodam porque está esgotada a pauta. Vamos ficar ouvindo o José Roberto. Vamos liberar o José Ribamar e deixar só o José Roberto que tem só duas questões a fazer. A menos que o senhor deseje ficar. V.Sa. está liberado.  
(Pausa)

**O SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA SAVÓIA** - Em resposta à nossa conselheira

quero colocar duas distinções: a primeira delas, de fato, esse regime de representação em que há o voto de Minerva para a Administração foi preconizado na Lei Complementar 108 e 109 e segue. Isso foi uma rotina que se estabeleceu em todos os regimes de previdência. Então, cumprimos esta exigência que é, inclusive, uma exigência formal do Ministério da Previdência e Assistência Social. A questão dos concursos é muito importante. Temos cerca de 5 a 6 mil novos segurados no Iprem a cada ano. Com certeza isso está fazendo com que a nossa idade média na Prefeitura seja cada vez mais alta. Estamos hoje com uma idade média que beira os 46, 47 anos. De fato, a administração deverá, sim, fazer novos concursos e substituir esses quadros. Nossa situação é muito semelhante à dos demais regimes próprios. Acompanho isso através de estatísticas do Ministério da Previdência. Temos uma situação muito semelhante à dos Estados e demais capitais em que a idade média dos servidores é alta. Administramos isso de maneira natural, ou seja, estabelecemos um planejamento de quando esses servidores estarão prestes a fazer frente à sua aposentadoria e, a partir daí, se projeta os valores dos benefícios a serem pagos.

Do ponto de vista atuarial não há essa preocupação. Do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal cumprimos todas as exigências. Então, dos quase 2,9 bilhões que temos aí de insuficiência, uma parte dessa, cerca de 1, 6 bilhão, é uma contrapartida da própria administração pública como empregador. O restante é insuficiência. Tudo isso está dentro daquilo que seria a exigência legal do Iprem. Com relação ao nosso professor queria dizer que temos praticado os mesmos aumentos que têm sido colocados na administração direta. São aqueles valores que são relativamente modestos. Não seguimos a determinação do INSS até porque temos independência para seguir um valor de reajuste próprio. A situação dos estados e municípios é completamente diferente da situação federal. Se a União pode estabelecer INPC, IPC ou mais alguma coisa essa é a condição dela. Mas ela não pode impor aos municípios e aos estados que sigam as mesmas determinações. Temos uma condição e é essa condição eu vem sendo seguida.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Na verdade, quando a gente fala em buraco, a contribuição patronal do Município é, na verdade, de 1,6, em números redondos. O buraco real é 1,2! Queria saber se você tem um estudo para os próximos dez anos, pode mandar para cá em função da aposentadoria futura e as receitas, como vão comportar esses números que temos hoje. Como vamos comportar os 3,7 nos próximos dez anos. Até porque antes de fechar a peça orçamentária gostaria de dar uma observada, estar de olho nos próximos quatro anos mas olhando para os dez. Quanto teremos de novos aposentados? Qual é a receita prevista e esse 1,2 que esse quadro venha distinguir, esse 1,2 no nível percentual vai crescer quanto. Porque o contribuinte está colocando à maior. O buraco é 1,2. E 1,6 é obrigação patronal. 1,2 é insuficiência mesmo; esse 1,2 queremos saber o comportamento dele nos próximos dez anos considerando que vocês têm, seguramente, a idade média, a aposentadoria, o que vai acontecer para que possamos na Câmara Municipal monitorar. Esse é um dos dados muito importantes. Mexe com o material humano da cidade de São Paulo e mexe com a receita. A minha preocupação continua. Esse número uma hora vai encontrar. A dívida subindo, as coisas subindo não há como suportar desse jeito. Esse 1,2% hoje precisa buscar solução. Até agora está aqui o ideal que a obrigação fosse igual a mais a contribuição igual a 3,7. Isso pode ser enviado para nós, a menos que você queira vir.

**O SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA SAVÓIA** – Temos de fazer uma projeção até 2061, ou seja, fazermos a projeção por 50 anos. Então, 2011, entendemos que esse crescimento vai, sem dúvida, em direção que o senhor aponta. Esse número é crescente e temos de tomar providências no sentido de que seja equacionado nos próximos dez anos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Então, minha preocupação é totalmente consistente.

**O SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA SAVÓIA** – Consistente, sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Então, vamos trabalhar. Quero agradecer a

todos. É um dos dados mais alarmantes da Cidade. É aquela conta que mexe com o ser humano. Todo o mundo tem essa preocupação. Eu me aposentarei pelo INSS. Não quer dizer que eu tenha preocupação com o rombo de 39 bi. Depois que colocaram a LOA o rombo era, em números médios de hoje, em torno de 13 e foi para 39. O buraco não é a mesma coisa que aqui. Os rombos são assustadores, tanto lá quanto no Governo Federal. Não quer dizer que as coisas consistentes. Isso aí é pepino, abacaxi de casca espinhosa para o futuro. Este país vai ter de olhar, em algum momento vamos ter de olhar. É bom que seja agora para não acontecer o que está acontecendo lá fora.

Encerrada a presente audiência pública, tanto da Prodam quanto do Iprem e Secretaria de Planejamento. Bom dia.

---